

OPOSIÇÃO OPERÁRIA

CADERNO (2008-2009)

[HTTP://www.opopgerminal.wordpress.com](http://www.opopgerminal.wordpress.com)

- I. A PATÉTICA DANÇA DAS BOLSAS E DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA EM GERAL
- II. A FALÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES BURGUESAS
- III. GODOT E A CRISE
- IV. AS PERSPECTIVAS SOMBRIAS DE UMA IMPROVÁVEL SAÍDA DA CRISE MUNDIAL DO CAPITAL
- V. A PRECIPITAÇÃO DA CRISE MUNDIAL E A DEMAGOGIA DOS GOVERNANTES DOS PAÍSES CAPITALISTAS
- VI. O DESDOBRAMENTO DO PROCESSO DE CRISE
- VII. A CRISE, O DESEMPREGO, O PROTECIONISMO E A XENOFOBIA: COMO ENFRENTAR O ATAQUE GLOBAL À CLASSE TRABALHADORA?

I. A PATÉTICA DANÇA DAS BOLSAS E DA ACUMULAÇÃO FINANCEIRA EM GERAL

Janeiro de 2008

O forte e generalizado tsunami, que hora envolve não só às Bolsas, mas a toda a ordem financeira mundial, não é um fenômeno específico da economia deste ou daquele país, mas algo que se dá por conta da crise e da decadência de toda a economia capitalista mundial, tendo como centro a crise da economia norte-americana.

Movimentos passageiros de elevação de alguns indicadores das principais economias do mundo- como PIB, níveis de consumo, de investimentos, etc.-já não podem encobrir a tendência geral de retração do conjunto da economia mundial dos anos 1960-1970 em diante. De fato, em torno de uma linha tendencial de queda desses indicadores tem ocorrido maiores ou menores picos, que se baseiam em fatores circunstanciais, mas sem nenhuma capacidade de reversão da tendência geral de queda dos anos 1970 para cá. Esses surtos episódicos não têm conseguido levar a economia mundial a ultrapassar ou mesmo utilizar a margem de capacidade ociosa e levantar a acumulação de capital acima do nível herdado da primeira metade dos anos 1960, momento máximo da fase de boom do pós-guerra e dos festejados tempos do Estado do Bem-Estar Social.

Na verdade, exceção feita ao crescimento dos EUA, durante os anos 1990, feito em ganhos de produtividade obtidos pela informatização da economia, os movimentos limitados de picos residuais verificados nos anos 2000 se devem à alavancagem do capital fictício (o caso dos EUA), a causas tóxicas, tais como pequenos ganhos de produtividade localizados em arranjos tecnológicos (num pano de fundo de estagnação do avanço técnico e da produtividade), uma brutal e compensatória exploração do trabalhador, ancorada nas reformas neoliberais, que sucateiam e precarizam a força de trabalho e seus portadores, recebimento de fortes auxílios e subsídios estatais que têm como efeito reduzir os custos de produção, sem todavia sinalizar para um vigoroso processo de recuperação da acumulação do capital.

É essa incapacidade de alavancar uma ampla retomada da economia industrial que levou o sistema do capital a enveredar pelos canais de uma inusitada acumulação financeira, essencialmente fictícia, incapaz de gerar valor real, que vinha crescendo até recentemente, mas que, ao que tudo indica, encontra também neste momento, seus limites. Os fatos mais recentes, dos quais a derrubada geral das bolsas do dia 27 de fevereiro, e que apareceram como o ensaio geral, estão a representar os contornos mais ou menos definitivos da crise geral, universal, crônica, estrutural, sistêmica e de exaustão da ordem do capital. É esse o

significado do segundo round das turbulências que aparecem mais claramente nas quedas das Bolsas das últimas semanas.

As turbulências dos últimos dias aparecem na crise do ramo imobiliário dos EUA, que vem à tona pelo estopim da falência de toda uma atividade freneticamente motivada, montada e monitorada por um conjunto de transações que partiam das hipotecas dos imóveis para alcançarem operações de risco muito mais amplas e perigosas-tais como os chamados fundos de alto risco (*hedge funds*, derivativos e outros). A crise das Bolsas não constitui a causa geral, mas cumpre um papel bem definido: o de ser apenas o detonador de uma disposição à crise que é bem mais ampla e profunda e que se aninha nos mecanismos mais decisivos da acumulação capitalista dos EUA e do mundo.

Nesse sentido, o ramo imobiliário da economia norte-americana surgiu como a tábua de salvação de todo um sistema de transações que não encontrava um escoadouro e que, sendo utilizado à soberba, prestou-se como uma muleta utilizada por grandes corporações não só americanas como de outros países (Japão, Alemanha, França, etc.) para realizar o carnaval internacional dos negócios financeiros.

O cambaleante consumidor norte-americano, esse pobre-diabo, acabou sendo o protagonista na verdade a mula de carga de um espetáculo mundial que desabou e ruiu quando ele, o "agente silencioso", já não pôde mais carregar a canga que lhe dependuraram no pescoço. A partir do ano de 2000, tinham jogado às suas costas bilhões de dólares de crédito fácil, com juros baixos, para que ele pudesse comprar casas e outros bens de consumo e manter a economia em crescimento. Com os bilhões de dólares emprestados a esse consumidor e por ele pagos mês a mês, as instituições de investimentos financeiros fizeram gigantescas aplicações em títulos da dívida pública, em ações e em operações de alto risco que não podiam manter-se indefinidamente.

De fato, quando esse consumidor, finalmente desempregado, endividado e, por isso, agora inadimplente, não pôde mais pagar as prestações de suas casas hipotecadas, a fonte de consumo secou, todo o sistema imobiliário foi nocauteado e, seguindo os seus passos, entrou em crise todo o sistema de aplicações de risco montado, a parti daí, pelos mega-especuladores mundiais em operações de compra de ações e títulos e dos chamados derivativos e outros investimentos ilusórios. A bolha estourou. A falência de grandes financeiras não pôde ser evitada e, em apenas alguns dias, evaporaram-se bilhões de dólares que giravam na ciranda financeira. As grandes instituições financeiras tiveram uma "crise de liquidez", ou seja, ficaram descapitalizadas.

Em cima dessa crise, os Bancos Centrais (dos EUA, da China, do Japão e o da Europa) não tiveram outra saída senão tentar salvar não aquele consumidor que também entrou em crise e que teve de ver sua casa tomada pelas instituições que lhes venderam os imóveis, mas sim, antes e acima de tudo, para salvar os mega-aplicadores de capital fictício, que agora estavam em pânico. Esses Bancos Centrais passaram a injetar, nessas últimas semanas, bilhões e bilhões de dólares para que os mega-investidores pudessem resolver o seu problema de liquidez, pagar suas dívidas e sobreviver. Só que a acumulação financeira agora já não tem por base uma economia real, produtiva, industrial-como era o caso do ramo imobiliário-, capaz de gerar valor, nem uma massa de consumidores em condições de consumir; e aí, sem essas âncoras na economia real, o impasse persiste: os gargalos e as contradições permanecem intactos e maiores na economia de papéis.

É aqui que "o bicho pega": em primeiro lugar, porque os Bancos Centrais não podem viver injetando bilhões e bilhões de dólares indefinidamente; em segundo lugar, porque os dólares repassados aos mega-investigadores não vão poder alimentar a economia real nocauteada pela recessão. Logo mais, os problemas voltarão, só que, a cada vez, com mais força, até que a depressão na economia real e o crash na financeira se coloquem com violência inusitada e com repercussões em cadeia pelos mais diversos recantos do mundo. A partir daí, os trabalhadores poderão ver com mais clareza porque a ordem do capital não é sua ordem e porque só lhes resta lutar por uma (a sua) ordem que, sendo fundada no trabalho, mas não mais no capital, não se caracterize por classes e exploração de classes, mais-valia e lucro, capital e crises, desemprego e demais mazelas inerentes ao capitalismo.

II. A FALÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES BURGUESAS

Janeiro de 2008

Os dados da pesquisa da USP

Uma pesquisa feita recentemente pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP) e coordenada pelo conhecido professor José Álvaro Moisés, intitulada A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas no Brasil, levanta dados que estão a merecer uma análise que ultrapasse o viciado enfoque acadêmico/oficial e que, por isso mesmo, seja capaz de revelar o verdadeiro significado da opinião pública acerca das instituições supostamente democráticas no Brasil.

A pesquisa revela que 81% da população não confiam nos partidos políticos, 73% não crêem no Congresso Nacional, 71% desconfiam dos empresários, 65% não confiam no Governo e 64% não vêem os sindicatos como organizações confiáveis. Em contrapartida, 86% confiam nos bombeiros, 75% na igreja, 61% nas forças armadas, 58% na televisão e 44% no poder judiciário.

A manipulação das pesquisas e dos pesquisadores liberais

Em primeiro lugar é necessário ressaltar o modo como as "pesquisas de opinião" formulam as perguntas a serem endereçadas ao público. Essas perguntas são claramente manipuladas porque são perguntas fechadas, do tipo "sim" ou "não", e que, por isso mesmo, não deixam margem para as pessoas entrevistadas poderem extravasar as suas "desconfianças" nas instituições. Por detrás de cada "sim" e de cada "não" podem estar disposições mais profundas de que as respostas bitoladas supõem ou pretendem saber. Para ilustrar, quando um trabalhador, respondendo a uma pergunta fechada do tipo "o senhor(a) é a favor da democracia?" com um "sim", nunca se saberá que tipo de democracia aquele(a) trabalhador(a) deseja e que pode ser uma democracia muito diferente da que o pesquisador crê e em função da qual formula as perguntas de sua pesquisa assim manipulada. Da maneira bitolada como as

perguntas são formuladas, e na medida em que a própria "confiabilidade" não é devidamente qualificada, pode-se perguntar se os bombeiros, que depositam 86% da confiança do público entrevistado, poderiam eventualmente ocupar o poder no lugar dos 85% dos partidos que caíram na descrença junto à opinião pública.

Em segundo lugar deve ser também destacada a mesma manipulação, dessa vez através nas interpretações que os intelectuais liberais fazem dos dados. Diante dos dados mais acima revelados, o próprio professor José Álvaro Moisés e a imprensa oficial emitem opiniões de uma superficialidade gritante. Eles só conseguem ler a opinião pública acerca das "instituições democráticas" do ponto de vista da "democracia" burguesa. Eles não conseguem enxergar nenhum traço, nessas respostas, que apontem para a negação dessa suposta "democracia" na qual vivemos. Um exemplo disso é a opinião que o próprio professor emite acerca dos resultados da pesquisa que ele mesmo coordenou. Na sua opinião, "é preciso discutir esse diagnóstico, interpretá-lo", porque "a democracia brasileira começa a correr risco". Liberais como o famoso sociólogo José Álvaro Martins acreditam que vivemos numa "democracia" e nunca passa pela cabeça desse tipo de gente se as pessoas que responderam à sua pesquisa crêem nessa democracia ou se, na opinião dessas pessoas, existe alguma esperança, nos marcos dessa "democracia", para qualquer solução dos problemas do seu cotidiano, tais como a reversão dos níveis de vida, da concentração da renda, do desemprego, da precarização das condições de trabalho, dos salários, da educação e da saúde, da segurança, da terra, da liberdade, da corrupção e da impunidade, etc.

Outra leitura dos dados colhidos pela pesquisa da USP

Mesmo trabalhando com dados tão viciados é possível fazer uma leitura deles diametralmente oposta à opinião de professores, sociólogos, políticos, governo, dirigentes sindicais e de outras oficialidades mais ou menos cotadas.

Quando, por exemplo, 71% das pessoas opinam que não confiam nos "empresários", na verdade essas pessoas estão a descrever - não importa o nível de clareza que ainda tenham a esse respeito - é na classe capitalista, opinião que se encontra situada no nível da crise sem retorno do capitalismo. A mesma atitude, ainda que com pouca clareza da parte dos entrevistados, pode ser visualizada nos 81% que não confiam nos partidos políticos, nos 73% que não crêem mais no Congresso Nacional, nos 65% que não depositam confiança no governo ou nos 64% dos que já não crêem mais nos sindicatos.

Na verdade, tais descrenças devem ser creditadas às instituições capitalistas acima citadas, por meio das quais o capitalismo em crise e em decadência tenta sobreviver. Essas descrenças

devem crescer à medida que a crise e a decadência do sistema capitalista, um e outro processo em marcha, se aprofundem mais e mais. De mais a mais, essas mesmas descrenças não têm como ser revertidas, pelo simples fato de que tais instituições são e serão mais ainda absolutamente incapazes de oferecer qualquer solução para os problemas que assomam as condições de existência das massas trabalhadoras em geral—até porque o papel de tais instituições é referendar, garantir e promover todo um sistema que, na sua sede inesgotável de lucro, só fazem negar até as mais simples conquistas dos trabalhadores para preservarem o sistema de exploração do capital sobre o trabalho.

Assim, é simplesmente impossível que os 81%, os 73%, os 71%, os 65% e os 64% dos entrevistados voltem a crer nas instituições burguesas, como os interpretes da burguesia pretendem, sendo mais do que provável que a crença residual, que ainda pode ser vista nessas instituições, evolua para longe dos níveis de "esperanças" que os interpretes da pesquisa depositam na revitalização das instituições capitalistas. É este o caso da forma sindicato: há uma desconfiança crescente dos trabalhadores nessa instituição claramente estatal, e essa desconfiança não pode ser revertida, mas, à medida que os trabalhadores amadureçam a compreensão do papel dos sindicatos na preservação da exploração capitalista, essa desconfiança pode e deve tornar-se repúdio e busca de alternativas de formas de luta autônomas dos próprios trabalhadores.

Palavras finais

A "desconfiança" que os trabalhadores e o povo em geral depositam nas instituições capitalistas não é privilégio dos trabalhadores e do povo brasileiro, mas, com a mais absoluta certeza, é a mesma que existe nos mais diversos países e regiões do mundo onde o capitalismo existe e explora, corrompe e oprime. Na verdade, essa descrença é um sentimento, para empregar um termo da moda, "globalizado".

Em segundo lugar, o estágio de maior potencialidade virtual de uma crise "no topo" não é o estágio das condições objetivas da crise. Esse estágio objetivo das crises capitalistas é a base material da qual emergem efeitos, aspectos e reações mais circunstanciados e mais completos da crise, mas ainda não constituem toda a crise. Na verdade, o "ponto" em que as crises capitalistas tendem a transbordar-se é exatamente o das "desconfianças" e das "descrenças" nas instituições oficiais por parte das massas trabalhadoras. É só quando as massas trabalhadoras deixam de crer nos partidos da ordem, no Parlamento, nas instâncias executivas, no sistema eleitoral, nos sindicatos, etc., é que elas se sentem impelidas, agora já no plano subjetivo, a ações autônomas e de vulto, demonstrando que "não querem mais viver como antes" e revelando impulsos e ações na busca de soluções por sua própria conta e risco.

É exatamente a partir daí que a burguesia e seu estado-maior, o governo, passam a se preocupar com as perspectivas que se esboçam. Mas, como se pode observar mediante uma consulta aos anais da História, mesmo assim as classes dominantes não abrem mão dos abusos que elas próprias perpetraram; ao contrário, aprofundam-nos: crescem a exploração, a corrupção, o cinismo, a opressão e o único "antídoto" que conseguem vislumbrar, a repressão. A partir daí, as massas tendem a tomar o seu destino em suas próprias mãos. Nesse ponto entendem que devem lançar as velhas instituições no lixo e formular suas próprias formas de luta e de organização. É o que se compreende como uma "situação revolucionária". Só falta, agora, um projeto que dê cobertura e coroamento científico à tarefa, inclusive para evitar o revés e a barbárie. Talvez o que o festejado pesquisador da USP tenha sondado, sem querer, foi o prelúdio que se coloca mais além daqui e das instituições, nas quais tanto o mundo da academia como o da oficialidade crêem.

III. GODOT E A CRISE

Fevereiro de 2008

"Esperando Godot"

Samuel Beckett (1906-1989), dramaturgo irlandês, Prêmio Nobel de Literatura em 1969, é o autor da famosa peça Esperando Godot. A trama consiste numa longa e curiosa espera de dois mendigos, por um amigo comum que não comparece ao encontro marcado. Durante toda a espera os dois amigos ficam a fazer vãs conjecturas na tentativa de compreender os motivos pelos quais Godot não veio ao encontro. Os críticos e comentaristas de literatura e de teatro já gastaram muito papel e tinta tentando saber quem é Godot, com interpretações que vão desde supor que se trate de alguma pessoa conhecida do próprio Beckett, até de se tratar de Deus, o que, neste caso, teria faltado aos homens sem esperanças. Em se tratando de um autor — Samuel Beckett — que negava qualquer perspectiva ao ser humano, não é difícil concluir que Godot é a representação metafórica dessa falta de perspectiva. Godot podia ser, portanto, a espera inútil e vazia, pelo ser humano, de uma existência absurda, sem saída e sem sentido.

Alguns analistas, críticos e até militantes políticos tentam traçar um paralelo entre o Godot de Samuel Beckett e a crise atual. Para essas pessoas, os marxistas, que compreendem que a crise estrutural do capital já está em curso e anunciam que uma forte depressão econômica combinada com um crash financeiro à escala mundial já estão a caminho, estão a ver neste desfecho da crise, uma espécie de Godot. Traduzindo: essas pessoas acham que assim como o Godot de Beckett não tinha hora para chegar, também a precipitação da crise não tem a sua. A culminância da crise-Godot numa depressão-crash pode ser adiada pelo capital mundial por muito tempo, ou por um tempo indeterminado, segundo esses críticos.

Godot comparece ao encontro marcado

Para nós, Godot, ou melhor, a crise, já compareceu ao encontro, já está conosco, ou no mínimo tem feito anúncios retumbantes de sua chegada. As "quedas das bolsas", que já se reproduzem desde os anos 1980 e 1990, e que de novo acontecem agora numa escala muito maior e envolvendo o coração do capital, os EUA, constituem os sinais de que o "nosso Godot" finalmente chegou e promete instalar-se entre nós em definitivo.

Para quem leva a sério a análise da crise atual do capital, para quem sabe que esta crise nada mais representa além da etapa mais madura da decadência de toda a ordem do capital, ou ainda, para quem sabe ver que o capital já "gastou" praticamente todas as suas "contratendências", com as quais protelava o amadurecimento da crise, a economia capitalista mundial, tendo a economia norte-americana à testa, já não dispõe de muitas reservas para impedir a culminação da atual crise com uma depressão e um crash financeiro maior que os de 1929/1930. É isso o que Godot veio fazer.

Em um número anterior de *Germinal*, no artigo *Dança Patética das Bolsas*, nós traçamos um esboço explicativo da atual crise econômica e financeira mundial — o nosso Godot — e concluíamos afirmando que os cerca de 500 bilhões de dólares despejados pelos maiores Bancos Centrais nos principais centros financeiros do mundo não constituíam nenhuma solução para a crise e que, ao contrário, na ausência de uma recuperação da economia real, esses recursos, repassados a juros baixos para instituições e fundos financeiros em apuros, na melhor das hipóteses apenas reporiem o ciclo da acumulação de capital fictício e que, mais dias menos dias, não evitariam a volta de um tsunami financeiro muito maior do que o atual. Agora é necessário que procedamos a um balanço sucinto de como as coisas se encontram nos seis primeiros meses posteriores aos meses de julho e agosto que presenciaram a "queda das bolsas". E o ano de 2008 começou com todos os sinais de que a crise que vem por aí não será fácil para a economia capitalista.

A ineficácia das intervenções dos principais Bancos Centrais do mundo para debelar a crise financeira

O articulista Gabirel Kolko, num texto intitulado *A Crise Financeira*, publicado no sítio <http://resistir>, de 12 de outubro de 2007, informa-nos que a referida crise "... agora está a apossar-se de bancos, casas de investimento, hedge funds e especuladores — alguns estão apenas a perder enormes somas de dinheiro, outros estão indo para a bancarrota ou estão escalados para a venda a saldo". Sabe-se que grandes bancos europeus estão com mais de 500

bilhões de dólares em ativos derivados da crise imobiliária dos EUA, sem saber o que fazer com esses papéis desvalorizados. Por outro lado, se alguns hedge funds foram temporariamente salvos pela ação concertada dos BCs, por outro, a maioria desses fundos simplesmente sumiu do mapa. Hoje, passados apenas alguns meses da explosão das Bolsas e da intervenção maciça dos BCs, nos diz Kolko que, não obstante a intervenção que fizeram, "...todos os bancos centrais estão dilacerados por dilemas. Eles não têm nem os recursos nem o conhecimento, incluindo poderes legais, para remediar o presente turbilhão." Ou seja, os 500 bilhões não só não resolveram como são insuficientes para socorrer todos os magnatas do capital financeiros "necessitados".

Segundo o mesmo autor, as intervenções de salvamento das instituições financeiras, golpeadas pela recente crise, fracassaram, porque essas instituições financeiras, que tiveram acesso aos 500 bilhões de dólares ofertados pelos BCs, neste exato momento estão assustadas e evitando correr mais riscos, o que significa dizer que estão retendo essa dinheirama em dólares como medida de segurança. Por seu turno, afirma Kolko, "o Federal Reserve - o Banco Central norte-americano - reconhece em privado a sua incapacidade para estar à altura de uma estrutura financeira desordenadamente complexa. Os banqueiros centrais europeus enfrentam exatamente o mesmo dilema: eles simplesmente não sabem o que fazer." As intervenções dos BCs são inócuas, pelo menos por um par de razões: primeiro porque a única destinação para os recursos, por eles despejados nas instituições financeiras, será certamente voltarem-se para a especulação, e, segundo, porque os BCs não têm como controlar um mundo de negócios absolutamente desregulamentados e que se tornaram simplesmente incontrolláveis. Por isso, conclui Kolko: "O sistema financeiro global agora está fora de controle. A cobiça é desenfreada. As instituições internacionais existentes não podem mudar essa realidade. Estamos à beira de uma crise séria - se não for agora, será no futuro próximo."

De agora por diante, as coisas só tendem a piorar, porque, como afirma Rodrigue Trembley, como "a taxa anual de depreciação do dólar é de cinco por cento e a taxa a curto prazo do retorno dos títulos de tesouro americano é de quatro por cento, os bancos centrais estão a perder cerca de 22,5 bilhões de dólares por ano. Como os estrangeiros privados detêm uma dívida de mais de 2 trilhões de dólares, a perda líquida anual dos possuidores estrangeiros de dólares americanos pode atingir facilmente os 50 bilhões de dólares por ano". De tudo o que foi visto, resultará, segundo Paul Craig Roberts, ex-secretário do Tesouro assistente na administração Reagan, que "Os EUA estão a caminho do Armagedão econômico. Tosquiado da indústria, dependente de bens e serviços deslocalizados e privado do dólar como divisa de reserva, os EUA tornar-se-ão um país do terceiro mundo." Por certo um grande exagero, mas, dessa conjuntura em diante, a tendência dos EUA é de decadência, sem que aos demais países imperialistas do mundo caiba destino mais brilhante.

Conclusão

Esses são fatos que estão acontecendo neste momento de queda das bolsas, momentos que constituem desdobramentos da "crise-Godot" e que deverão ganhar corpo e evoluírem para uma depressão econômica combinada com um crash financeiro sem antecedentes. Governos, bancos privados e bancos centrais — sem contar com o FMI, absolutamente minúsculo e impotente diante de uma situação "globalizada" — se vêem num beco sem saída, depois que a única "saída" de que lançaram mão, inócua como temos asseverado, constitui no "socorro" ao capital financeiro ao custo de cerca de 500 bilhões de dólares. Como ações desse tipo são absolutamente incapazes de negar as leis - gerais e particulares — que determinam a presente crise estrutural do capital, podemos ter a mais absoluta certeza de que novas quedas das bolsas, novas e maiores quebradeiras, novos e mais profundos cortes nos programas sociais (educação, saúde previdência, etc.), novas e mais ousadas investidas contra o que ainda resta de direitos conquistados pelos trabalhadores vão ser acrescentadas aos já levados a efeito pelo figurino neoliberal.

IV. AS PERSPECTIVAS SOMBRIAS DE UMA IMPROVÁVEL SAÍDA DA CRISE MUNDIAL DO CAPITAL

2008

1. A dimensão da crise atual

Na edição de número 12, *Germinal*, traçando uma visão panorâmica da crise capitalista atual, chamava a atenção dos seus leitores para o caráter e a envergadura (planetária) da crise atual do capital. Com base em dados do FMI, BIRD, OCDE e outras agências internacionais—todas elas controladas pelo capital imperialista mundial—, revelava, através de uma análise de tais dados feita pelo economista portenho Jorge Beinstein, que, dos anos de 70 para cá, “... a taxa de variação anual do Produto Mundial Bruto alcançou uma média de 4,5% entre 1970 e 1979, desceu para 3,4% entre 1980 e 1989 e para 2,9% entre 1990 e 1999...”¹

A análise empreendida por *Germinal*, respaldada por autores como Ernest Mandel e István Mészáros, entre outros, não deixava dúvida, e por isso *Germinal* concluía: “Esta desaceleração, que, no conjunto da economia mundial, já conta com cerca de trinta anos de duração, não passa, na verdade, de uma mesma e única crise de superprodução, entrelaçada com crises dela derivadas (financeira, monetária, cambial, etc.), iniciada com a forte recessão que veio à tona em 1973/74”.

Durante todas essas três décadas a taxa de lucro da economia mundial, inclusive as dos EUA, Alemanha e Japão, acompanharam a mesma tendência de queda, sistemática e regular, que,

nos dois últimos anos, se acentua—sobretudo por conta da forte recessão da locomotiva da economia mundial, os EUA.

2. Procura-se uma saída: viva ou morta, paga-se bem...

Entrementes, intelectual algum (que mereça um mínimo de credibilidade e honestidade moral e intelectual—os propagandistas baratos e marqueteiros da economia vulgar ficam de fora), seja de direita ou de esquerda, da situação ou de uma séria e severa oposição, conseguiu vislumbrar a volta de um ciclo progressivo de duração sequer razoável. O filósofo marxista húngaro Stiván Mészáros escreveu um denso livro, *Para Além do Capital*, uma obra na verdade já emblemática—certamente o maior balanço da economia capitalista escrito em todo o século XX—, no qual, além de não vislumbrar qualquer saída para a crise “estrutural” do capital mundial, conclui, com exemplar força de convencimento e na base do resgate e emprego das categorias econômico-dialéticas de Marx, que o capital, com suas leis básicas totalmente autonomizadas e indomadas conduz a si próprio, à sua ordem e toda a humanidade a um processo de auto-destrutividade iminente. Mészáros, que não crê na idéia de um colapso da ordem do capital, só vê, nisso tudo, uma saída para a humanidade: o socialismo. Mészáros prova que Marx está mais vivo do que nunca.

Porém, enquanto os pensadores ligados ao capital dão voltas atrás do próprio rabo sem alcançá-lo— inclusive porque a dita cauda é curta—, os marqueteiros da economia vulgar, espalhados pelos mais privilegiados pódios da mídia mundial, propagam ridículas alvíssaras acerca do futuro do sistema do capital e os pensadores mais críticos só vêem dias sombrios para o capital e seu séqüito, os chacais da ordem do capital, os George W. Bush, Tony Blair, Vladimir Putin, Ariel Sharon e outros mais ou menos cotados, dependurados nos seus Pentágono, Casa Branca, OTAN, Conselho de Segurança da ONU, ou simplesmente em seus gigantescos porta-aviões e em suas plataformas de lançamento de bombas e mísseis, põem em ação medidas “anti-crise” mais práticas—cada um segundo o papel que a nefanda “divisão mundial do trabalho” que semeia a morte e o desespero lhe atribui. A seguir tentaremos tratar, resumidamente, algumas destas medidas de “saída da crise” e grau de eficácia de cada uma.

1 Beinstein, Jorge – Capitalismo Senil – A Crise da Economia Global – Editora Record – Rio de Janeiro/São Paulo, 2001, pág. 104.

3. A tradicional “queima do capital excedente”

Em todas as suas crises, desde os tempos em que elas eram apenas cíclicas—com duração média que raramente ultrapassava uma dezena de anos—, e não, ainda, como hoje, uma crise estrutural (com mais de 30 anos de duração), que o capital põe em ação, depois de esgotadas todas as demais medidas anti-crise, a famosa “queima do capital excedente”. De que se trata? Uma vez em curso uma crise de superprodução, há oferta de mais de mercadorias—porque o capital de mais instalado—e demanda de menos, aqui por conta do desemprego, das falências, do rebaixamento dos salários e pequenas rendas e da concentração do produto em poucas mãos. Se há mercado de menos e produção virtual de mais, nada mais lógico para as grandes empresas do que usarem dos mais variados métodos, dos concorrenciais aos mais torpes, para retirarem da produção e do mercado as empresas mais fracas. Esta medida ajudava a “limpar” o mercado, o qual, agora ocupado a capacidade plena pelos grupos mais fortes, favorecia a inauguração de mais um novo ciclo de crescimento, até que uma nova crise cíclica voltasse.

Esta medida de “enxugamento” do mercado e da plataforma da produção nunca esteve tão na ordem do dia como na atualidade. Empresas entram em falência, muitas delas empurradas pelas mais fortes e ‘competitivas’—não raro com uma mãozinha do Estado—, fusões acontecem, mas, mesmo assim, a economia mundial, como a de nenhuma potência, consegue alçar vôo rumo a um novo ciclo de crescimento. No caso dos países chamados “emergentes”, esta prática, como bem se vê na Argentina, só tem levado a um agudo processo de desindustrialização, ou seja, de sucateamento de praticamente toda a estrutura produtiva. Com esses resultados, o que se vê é o aumento do desemprego crônico dos trabalhadores, um agudo aumento da taxa de exploração do trabalho pelo capital e do conseqüente rebaixamento das condições de existência das camadas populares da população.

Agora, por que a “queima do capital excedente” não causa mais o efeito anti-crise de outrora? Simples: é que, nas relações de produção capitalistas dadas, a mudança dos padrões de organização do trabalho e da produção, processada após a crise dos anos 70, trazendo à tona a chamada reestruturação produtiva, com uma densidade tecnológica como jamais acontecera, eliminou milhões e milhões de cargos de trabalho, lançou borda a fora milhões e milhões de operários, demais assalariados e segmentos de classes médias e pequenos produtores, fazendo com que a defasagem entre a capacidade instalada para a produção e a capacidade de consumo crescesse sem limites—daí a crise de superprodução crônica. Num tal quadro, mesmo com o afastamento das empresas mais fracas pelas mais fortes, não há mercado capaz de assegurar uma nova retomada generalizada de crescimento.

4. A prática do extermínio puro e simples

Antes da década de 70, ou seja, antes da crise de 1973/74, que pôs no mundo do capital a reestruturação produtiva e, apenas alguns anos depois, a política neoliberal, ou ainda, se quisermos, nos tempos do fordismo, quando ainda ocorriam as crises cíclicas, o sistema do

capital produzia e mantinha o Exército Industrial de Reserva, aquele estoque variável de trabalhadores desocupados que servia como mecanismo de impedimento da elevação dos salários dos operários.

Contudo, a partir da reestruturação produtiva, combinada com a política neoliberal, as crises cíclicas deram lugar à crise estrutural e o velho exército industrial de reserva cedeu o seu lugar ao desemprego estrutural—uma massa crescente de desempregados crônicos, que já chega perto dos 3 bilhões de pessoas no mundo, cuja maior parte jamais sequer conheceu um emprego em todos os dias de suas miseráveis existências. Nos tempos das crises cíclicas, uma vez ultrapassadas por ciclos de crescimento econômico, parte do exército industrial de reserva podia pelo menos voltar ao emprego. Hoje, esta pequena regalia já não existe: o desempregado estrutural torna-se—ou já nasce—sobra ou sucata, situação que o acompanhará por toda a sua incerta e miserável existência.

O desempregado estrutural é um pária que nem produz mais-valia (fonte do lucro) nem consome mercadoria—porque não dispõe de salário nem de uma renda qualquer. Do ponto de vista do capital, uma pessoa destas não tem utilidade alguma para nada—até porque o capital é, por definição, avesso a práticas verdadeiramente humanitárias. Se não serve para nada; se, pelo contrário, só serve para entulhar presidiários, postos de saúde, hospitais, manicômios, falidas instituições de caridade, nos quais vai disputar recursos públicos com as fontes públicas de subsídios ao próprio capital, então, para este capital nada mais apropriado do que simplesmente eliminar estas vultosas sobras humanas. Daí o extermínio sistemático e em massa: o extermínio praticado nos últimos trinta anos na África pela guerra e pela AIDS, o extermínio praticado no Afeganistão pelos EUA, o também perpetrado pela Rússia na Xexênia e o posto em prática por Israel contra os palestinos da Cisjordânia; o extermínio praticado também pelos grupos de extermínio financiado por grupos de capitalistas da banca, da indústria e do comércio, o extermínio posto em prática no interior dos presidiários superlotados, e assim por diante.

Se, com esta prática desumana, os recursos antes gastos com desempregados e miseráveis crônicos, podem agora, em tese, ser desviados para fundos de assistência a empresas capitalistas—sadias ou falimentares—, por outro lado, o extermínio em nada resolve o problema da crise estrutural. De fato, os que ainda podem ter acesso ao mercado já colocaram este mercado no seu limite—e este limite já constitui um bloqueio absoluto a qualquer possibilidade de retomada da acumulação capitalista. Por seu turno, os recursos assim liberados, se e quando investidos—na produção, cada vez menos, na especulação, cada vez mais—, apenas vão aumentar a já imensa distância entre a capacidade de produção e a de consumo. Em outros termos, fortalece-se a superprodução e a especulação com suas bolhas fictícias.

5. Subsídios e doações generosos aos bancos e empresas imperialistas

O capital se reproduz, como se sabe, por via da produção, captação e conversão da mais-valia, que é a parte do valor gerado pelo operário que não lhe é repassada pelo capitalista: o trabalho não-pago eu, fonte de lucro, vai ser reinvestido pelo capitalista para proveito seu. Numa situação de equilíbrio econômico, uma vez investidos e reinvestidos os lucros, a economia capitalista entra em regime de acumulação ampliada, junto á q ual se dilata o mercado que a própria produção crescente recria. Pelo menos era desta maneira que o sistema do capital se reproduzia assim até os anos 70.

Esgotadas, como já foi visto mais acima, as vias internas pelas quais o capital se reproduz, ou seja, esgotadas as possibilidades de expansão das massas de lucros e dos mercados que deveriam consumir as mercadorias produzidas, o capital força o Estado a lhe presentear com outras medidas compensatórias. É isto o que explica as generosas políticas de subsídios e incentivos fiscais e financeiros, as transferências de dinheiro às grandes empresas a fundo perdido, a taxas irrisórias de juros ou a crédito a perder de vista, as doações de instalações, portos, água e energia, terrenos e meios de infraestrutura que o Estado põe à disposição das empresas que, desta forma, podem diminuir seus custos e aumentar suas taxas de lucro.

Também essas práticas, que têm sempre a seu lado a companhia inseparável e crescente da corrupção, não têm trazido qualquer resultado no sentido de superação das crises—pela mesma razão: quando feitas, só conseguem aumentar a capacidade potencial de produção mas, em contrapartida não dilatam um centímetro sequer os limites já dados do mercado consumidor. Resultado: reiteração da superprodução.

6. As guerras também são bem-vindas

O relatório *Undesirable Peace*, de 1969, reafirmou: “A guerra cumpre funções essenciais para a estabilidade de nossa sociedade (...) Embora não afirmemos ser impossível para a economia imaginar um substituto para a guerra, nenhum complexo de técnicas visando a manter controle sobre o emprego, a produção e o consumo até agora tentado pode ser, em matéria de eficiência, comparado, mesmo de longe, à guerra. Esta era e é, e larguíssima medida, o elemento essencial de estabilidade nas sociedades modernas”.²

Não se pode negar que, em termos de economia capitalista, as guerras têm contribuído, em certa medida, pra a expansão desse tipo de economia, quer seja olhada pelo prisma das despesas militares, quer seja olhada pelos desdobramentos econômicos e tecnológicos dela

derivados. Com base neste princípio, sagrado para um modo de produção que precisa recorrer á indústria da morte para lograr uma sobrevivência a suas próprias contradições, é que uma economia imperialista, como a dos EUA sentem, numa época de vacas magras—dada a crise estrutural—, a necessidade de um estado permanente de guerra que a leva a reproduzir uma guerra atrás da outra sob os mais bizarros argumentos e pretextos, desde as experiências Coréia e do Vietnã, às do Golfo e do Afeganistão, com todo o direito imperial à continuidade, como ocorre agora novamente com o Iraque, amanhã com outra vítima, e assim por diante. É esse tipo de constatação problemática que povoa os cérebros de galinha dos falcões do Pentágono, etc. e tal.

Mas, infelizmente para eles—os países imperialistas, que precisam dizimar populações inteiras para que seus grupelhos de abastados senhores do capital possam sobreviver—, as guerras não só constituem pesados expedientes inflacionários como não podem resolver os auto-bloqueios que o próprio capital interpôs em seu próprio trajeto. Ao demonstrar que a guerra não mantém tais desdobramentos a longo prazo e que ela porta elevados ônus econômicos, políticos e sociais a longo prazo, Mandel afirma: “.. a longo prazo, a economia armamentista permanente não pode resolver nenhuma das contradições básicas do modo de produção capitalista, e não pode eliminar nenhuma das forças que levam à crise inerente a esse modo de produção. Mesmo o amortecimento temporário dessas contradições e dessas forças que levam à crise só ocorre às expensas de sua transferência de uma esfera a outra—sobretudo da superprodução efetiva à inflação e à capacidade ociosa”.³

Isso equivale a dizer que, no quadro de uma crise estrutural como a atual, no qual não cabe a retomada do crescimento da economia por nenhuma “via pacífica”, só uma política de desespero, como a de um estado permanente de guerra, pode ser esperada—o que não deverá constituir mais nenhuma surpresa para ninguém; e quer dizer também que tal política só trará, agora a qualquer prazo, um só resultado: confirmar e aprofundar a crise estrutural em curso. O mundo “globalizado” do capital é um mundo, hoje, onde os conflitos bélicos se generalizaram: estão dentro e fora de todos os países ao mesmo tempo.

2 Citado e comentado por João Quartim de Moraes, in, Império, guerra e terror – revista Crítica Marxista 14, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002, pág. 18.

3 Mandel, Ernest, O Capitalismo Tardio – Nova Cultural, São Paulo, 1985, pág. 216.

7. Os blocos de “livre comércio”

A Segunda Guerra Mundial e as guerras de libertação nacional puseram fim, entre as décadas de 40 e 70, ao sistema colonial, abrindo assim o espaço mundial à concorrência intercapitalista

com muito maior fluidez. Porém, aquela quebra de barreiras políticas que travavam a circulação de mercadorias e de capitais não significou toda a quebra de barreiras que ainda travavam uma mais fluída circulação de capitais. O momento da crise estrutural pôs esta verdade em evidência.

Por isso é que o capital mundial, apoiado em seus governos e instituições internacionais, vem tentando, agora por meio dos tratados e blocos comerciais, de retirar os escolhos restantes a um mais pleno processo de circulação de capitais, como uma medida a mais na tentativa de superar a crise. Desta vez, ao nível de blocos continentais, ou semi-continentais, tentam limpar o terreno da circulação dos impedimentos restantes: barreiras alfandegárias, regras trabalhistas e salariais, tarifas, moedas, etc, diferenciados. O empreendimento, agora, é, em tese, livrar a circulação de capitais destas diferenças. Entendem os capitalistas seus políticos e intelectuais, que a eliminação destas diferenças traz a flexibilidade esperada e por isso liberta os fluxos de capitais, trazendo iguais condições e oportunidades concorrenciais para todos— muito embora não haja qualquer garantia de que os países imperialistas centrais venham a abrir mão de suas políticas protecionistas locais. Eis porque surgiram a Comunidade Européia, o Mercosul e a Alça—só parra ficarmos com os exemplos que nos interessam mais de perto.

Não pode caber dúvida na cabeça de ninguém que uma tal abertura—como a que a ALCA de George W. Bush propõe com tanta pressa—só pode beneficiar aos países e grupos capitalistas que operam a mais elevadas condições técnicas, econômicas e políticas de competitividade, o que equivale a dizer que com a ALCA só os capitais imperialistas dos EUA e do Canadá e seus associados nacionais têm a ganhar e os demais países e seus respectivos capitais mais fracos a perder. Mas, lamentavelmente, para todos os capitalistas, a política de blocos, ainda que opere alguns paliativos—para os grandes capitais—por algum tempo, não logrará, por tudo o que já foi isto até aqui, neutralizar o processo de auto-destrutividade do sistema do capital como um todo, porque a massa coletada de mais-valia (trabalho não-pago, fonte do lucro) tende a diminuir, a plataforma de produção tende a aumentar, o desemprego estrutural e a concentração da renda também e o mercado a minguar com vigor cada vez maior.

Mas o que espanta não é nem isso. O que causa indignação é ver que algumas importantes campanhas contra a ALCA assumem uma postura política que vai de ambígua a abertamente conciliadora. A Campanha Nacional Contra a ALCA, liderada por entidades como a CNBB, a CUT, o MST, a UNE, entre muitas outras, cai neste erro crucial. O equívoco político desta campanha consiste em misturar os interesses os capitalistas atingíveis pela ALCA com os dos trabalhadores— operários e demais assalariados—como se se tratasse da mesma coisa, e tudo em nome de uma mesma “nação”. Ou seja, pisoteados pela ALCA se encontrariam, no mesmo pé de igualdade, empresários nacionais e trabalhadores, como se os antagonismos insolúveis entre estas duas classes, no plano “nacional”, pudessem ser apagados. Tudo vira um mesmo “povo” e uma mesma “nação”. E aí, índios, camponeses, trabalhadores, classes médias e

capitalistas nacionais são tidos com uma vítima só e homogênea diante da ALCA. As contradições de classes são simplesmente apagadas do mapa político e social.

No panfleto *Para Entender a ALCA*, divulgado por referida campanha, os antagonismos de classe são simplesmente suprimidos. Ao lado de uma vaga defesa de operários, indígenas e camponeses, aparece a defesa das “burguesias nacionais”, como se entre ela e o proletariado não houvesse mais do que uma suposta “parceria”, este aleijão ideológico herdado da defunta social-democracia alemã de Willy Brandt—e aí a burguesia recebe sua quota de adesão, dessas entidades “populares”, no mesmo pé de igualdade com trabalhadores: “Para os empresários latino-americanos vinculados ao mercado interno e que não foram ainda devorados pelos circuitos nacionais, a ALCA significa a falência”. Os promotores de tal campanha se esquecem de que se esses empresários latino-americanos, que sempre se comportaram como lambetotas dos capitais imperialistas, não forem tragados pela ALCA, seguirão, como sempre, aumentando a taxa e exploração sobre o trabalho “nacional”. Pensam e agem como se trabalhador tivesse nação específica e não fosse, pela sua condição social, uma classe inerentemente internacional(ista).

8. Conclusão

O sistema capitalista nunca passou por uma crise tão profunda como a atual. Na verdade, ele jamais esteve estruturalmente tão propenso a uma ruptura qualitativa generalizada como nos dias de hoje. A centralidade estratégica da classe operária nunca foi tão legítima e necessária. Por último, nunca foi tão urgente como agora às forças anticapitalistas deixarem de lado os passa-tempos reformistas e social-democratas, como este de apoiar burguesias “periféricas” e “vítimas” do imperialismo central, ou aquele de construir uma “saída” por dentro do Estado, entre outros, que só levam a um distanciamento desta ruptura e ultrapassagem, para se centrarem numa estratégia explicitamente socialista, “pois somente um movimento socialista de massas tem condições de enfrentar o grande desafio histórico que nos espera no século decisivo à nossa frente”. 4

4 *Op. Cit.*, pág. 33.

Assim, toda tentativa de prolongamento da sobrevivência do sistema do capital deve ser impedida—mas impedida pela luta e do ponto de vista do proletariado. Desta forma, definida uma estratégia e táticas socialistas baseadas na centralidade do operariado e seus aliados mais próximos (demais trabalhadores assalariados, pequenos camponeses—com ou sem terra—, trabalhadores “informais” e desempregados) é perfeitamente possível e justo lutar contra as políticas governamentais de doações de recursos e subsídios a grupos privados, exigir que tais

recursos sejam destinados à previdência, à saúde e à educação das massas trabalhadoras, lutar contra toda forma de extermínio, lutar contra as guerras que aniquilam populações e promovem lucros a grupos capitalistas e, finalmente, lutar contra a política de blocos ou alianças—como a ALCA e os demais—, não em nome das burguesias “espoliadas”, mas pelo fato de que tais blocos também constituem meios de sobrevivência ao sistema do capital, além de significarem caminhos que fatalmente levarão ao desemprego e ao agravamento das condições de exploração de todos os trabalhadores do mundo. Toda ação do capital que implique sua sobrevivência à crise e que, nas condições capitalistas dadas, signifique tornar mais agudo o desemprego e as condições de exploração, pode ser enfrentada por uma luta que se apóie na centralidade estratégica do proletariado.

A crise está aí e o que se trata é de que ela terá novas, mais agudas e impiedosas medidas que afetarão os trabalhadores do mundo todo. Certamente, tais revezes serão o preço que os trabalhadores do mundo todo terão de pagar para que possam avançar numa percepção mais clara de que a ordem do capital não lhes serve, que eles têm de atuar numa perspectiva de classe e irmanados à escala internacional, com lutas e formas de organização autônomas que se reforçarão mutuamente nesta mesma perspectiva e escala, sem mais enganos acerca do voto como "solução", de alianças com parlamentares, de governos "populares" à frente do Estado do capital, de "frentes" construídas com partidos e organizações social-democratas, reformistas e trotskistas, da falácia da construção do "socialismo num só país" e, finalmente, para que possam recolocar as premissas de uma luta final contra o capital, seu Estado, seus governos e suas instituições, entre as quais ONGs, sindicatos, centrais sindicais e demais formas que não passam de ópios que lhes impedem de ver com a necessária clareza qual deve ser o caminho de sua emancipação como classe não mais para o capital, mas como classe para si própria.

V. A PRECIPITAÇÃO DA CRISE MUNDIAL E A DEMAGOGIA DOS GOVERNANTES DOS PAÍSES CAPITALISTAS

Fevereiro de 2009

Parece brincadeira a atitude corrente e recorrente dos homens de governo dos diversos países, nos mais diversos continentes do globo, consistente em tentar fazer das pessoas comuns, como nós, de bobos ao divulgarem as opiniões mais imbecis acerca do caráter e do desenrolar da crise, com frases como: "o PIB do meu país, que hoje está a 2,5%, deverá crescer, nos dois anos próximos, a 5, 6 ou 7% ou mais ao ano"; "o meu país está imune a esta crise, porque os fundamentos da nossa economia estão sólidos"; "a crise, que foi produto da má gestão das políticas governamentais dos dirigentes dos EUA, não afetará os fundamentos de nossa economia"; tal ou qual governo eleito agora, "tomará medidas que superarão a crise"; "vamos criar 1 milhão de empregos, que nos devolverão a capacidade de consumo como medida para a saída da crise", etc. Opiniões de puro e deplorável efeito ideológico, que não merecem nenhum respeito por parte de todos nós e que são formuladas em cima de pressupostos falsos com a única intenção de manipular a consciência coletiva.

Primeiro falso pressuposto: não só não é normal a economia de um país, que sofre uma tendência de queda sistemática da taxa de crescimento do PIB, dar uma reviravolta brusca, em 2 ou 3 anos no sentido ascendente, como não existe qualquer base de cálculo que nos dê com segurança tal ou qual previsão que saia da margem tendencial registrada. Em outras palavras, se um PIB cresce a 3,5% ao ano em uma série de 5 anos, há uma tendência de que ele possa

continuar crescendo aos mesmos 3,5% nos próximos anos, mas, do entorno dessas 3,5% anos, nenhuma variação brusca para cima pode ser esperada — a não ser, obviamente, que se trate de uma adulteração criminosa das estatísticas e dos cálculos da contabilidade nacional, que é, de fato, o expediente de que lançam mãos políticos e burocratas dos Estados para enganar aos "cidadãos".

Segundo falso pressuposto: a crise, como tal, não pode ser revertida pela vontade de um presidente ou mesmo um governo eleito, porque a crise acontece em obediência a uma lei da economia burguesa, que pode em alguns casos ser parcialmente contida, mas que, mais cedo ou mais tarde, se impõe numa situação de superprodução/superacumulação que afeta a todos os ramos da economia e que lança sobre os trabalhadores o maior ônus e os maiores sacrifícios dela derivados.

Terceiro falso pressuposto: a atual crise não foi "gerada" nos EUA, porque, a despeito de ser a economia dos EUA o seu epicentro, essa crise é um processo sistêmico de uma economia capitalista "globalizada" em cuja totalidade a lei das crises do capital opera.

É mentira de quem diz que vai criar 1 milhão de empregos numa depressão, como a de agora — que combina super-produção na base produtiva com crise na instância financeira—, cuja precipitação está apenas começando e que, na verdade, só tem uma larga perspectiva de aumentar o desemprego e o achatamento dos salários.

VI. O DESDOBRAMENTO DO PROCESSO DE CRISE

Fevereiro de 2009

Num primeiro momento, situado por volta dos anos 1968-1975, teve início o ciclo descendente do crescimento de onda longa que se mantinha desde o início do pós-2ª guerra mundial. O referido ciclo compreendeu duas fases, uma de boom, de 1945 aos anos 1970, e outra de refluxo, que iniciou nos anos 1970 e se arrasta até os dias atuais. Não se trata mais de uma crise de superprodução de curta duração, como os dezenove ciclos experimentados pela ordem do capital desde 1825 até o presente, mas, ao contrário, de uma crise sistêmica, estrutural e crônica do capital, que marca os limites de sua decadência iminente.

A dinâmica desta crise, que potencializa todos os traços das crises de superprodução anteriores, se nos apresenta mais ou menos da maneira que se segue. Nos anos 1968-1975, ocorre uma crise de superprodução que provoca uma derrocada na tendência da taxa média de lucro das economias do globo, que põe a nocaute o taylorismo-fordismo, a social-democracia e a terapia keynesiana que dão suporte aos "trinta anos de ouro" do capital. Os trabalhadores vão às ruas e, forçando uma regressão na taxa de mais-valia, acrescentam mais motivos para que a crise cale mais fundo nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas — e

todos estamos bem lembrados do Maio de 68 na França, que se coloca como um processo emblemático a esse respeito.

Com a compressão da taxa média de lucro no plano mundial e com a universalização da reestruturação produtiva, iniciada pela Toyota na esfera das atividades produtivas e, de modo conjugado, o neoliberalismo como a política de Estado pensada para dar suporte institucional às reformas na base produtiva, os capitalistas lançam-se à mais larga e profunda aplicação de profundas e radicais inovações tecnológicas sobre a base estrutural estreita de extrema concentração do capital e da renda num feixe de tacanhas relações de produção de que se tem notícia, trazendo com isso uma crise como nunca antes sequer pensada na ordem do capital. Com uma tendência geral de queda da taxa média de lucro — acompanhadas de picos circunstanciais de picos para cima e para baixo da linha de tendência média — e com um forte movimento de desemprego, rebaixamento da taxa de salários e toda a política de desqualificação, a assim chamada precarização do trabalho, de que resulta uma insuficiência crônica do mercado de massas, não resta aos capitais outra saída senão a de destinarem seus lucros para uma outra forma de realização "mais fácil", inaugurando a fase mais febril de acumulação financeira, sem precedentes na história.

Assim, dá-se um fato notável: a acumulação financeira não revela pujança na economia, mas ela exhibe, ao contrário, a extrema fragilidade do modo de produção na sua fase de decadência. Com efeito, a acumulação financeira se desenvolve na medida em que — e porque — a

acumulação de base, a da esfera produtiva, já esta em pane. O que essa fase traz de novo é o excesso de dinheiro para muito além de seu papel de mediador da circulação de mercadorias (com efeito, enquanto o PIB mundial é da ordem de 45 trilhões de dólares, a soma total de ativos financeiros se coloca em torno de 432 trilhões de dólares, com a inexorável desvalorização do dólar), a formação de bolhas de valor fictício e um perigoso descolamento de acumulação financeira da base real da produção que, mais na frente, vai dar o troco na forma de: a) um acirramento da crise de superprodução, que, sempre presente nesses anos todos, irrompe agora ancorada na própria crise financeira e como conseqüência da exaustão das rendas e dos salários provocadas pelo tsunami do capital financeiro; b) uma crise de liquidez que retira as condições de crédito para as poucas oportunidades de incremento das atividades produtivas; c) a conjugação de uma generalizada crise financeira com uma crise também generalizada na economia real, dando agora uma feição nova à crise — a marcha inexorável para uma depressão à escala mundial.

Nesta que pode ser considerada a terceira fase ou etapa da crise estrutural do capitalismo, ocorre um fato novo: o recrudescimento da crise de superprodução, que se materializa por

impactos ao longo das cadeias produtivas e que aparece — ou reaparece — com um vigor multiplicado na forma de quedas vertiginosas das margens de lucros, concordatas, falências generalizadas, fusões, férias coletivas, arrochos num patamar até então desconhecido, demissões, etc. Se, no momento anterior, a chama da olimpíada das falências estava com bancos e fundos, grandes ou pequenos, não importa, na fase atual, que apenas se insinua agora, foi passada às falências de empresas gigantes — GM, Ford, Nissan, Fiat, Sony, a lista é grande — monopólios e multinacionais de peso, da mesma forma grandes ou pequenos, que caminham (arrastando todo o seu séquito de *sistemistas*, terceirizadas, fornecedores avulsos, etc.) para a insolvência ou para a extrema fusão num verdadeiro mutirão do horror que aponta para uma situação de conflitos sociais e políticos comparados aos quais os até aqui praticados são "fichinhas".

VII. A CRISE, O DESEMPREGO, O PROTECIONISMO E A XENOFOBIA: COMO ENFRENTAR O ATAQUE GLOBAL À CLASSE TRABALHADORA?

Julho de 2009

Há muitas evidências de que o mundo está mudando numa velocidade jamais vista pela humanidade nos últimos 40 anos. Hoje o epicentro da crise não é mais um país da “periferia do mundo”, mas sim a maior potência do planeta, os Estados Unidos da América, levando consigo os demais membros do chamado G-7; em outras palavras, o coração do sistema capitalista está afetado pelos males criados por eles mesmos. O restante do planeta com as suas economias dependentes ou pelas importações ou pelas exportações para esse grupo, já está contabilizando os seus prejuízos.

A presente crise, que começou na década de 70 do século passado, já não se trata de uma crise cíclica, mas de uma crise estrutural, de exaustão “onde o capital foi traído por si próprio:

ao incorporar gigantescas possibilidades tecnológicas numa produção limitada pela estreiteza das relações de produção e distribuição capitalistas o capital terminou pondo diante de si seus limites definitivos – de onde se deduz o acerto da afirmação de Marx de que as relações de produção entram a partir de certo momento, em contradição com as forças produtivas. Esta é, de fato, uma contradição objetiva, que antecede e que abre caminho à outra contradição básica da ordem do capital, igualmente objetiva, inscrita no processo de luta de classes, entre os dois sujeitos ativos do sistema: proletariado e burguesia”. (CARVALHO, EDMILSON - A Produção Dialética Do Conhecimento, Editora Xamã, 2008, p. 42).

Mas, porque é tão importante para o movimento dos trabalhadores saber qual o caráter das crises e principalmente desta crise? Pelo simples fato de que, e aqui tomamos o exemplo dos ensinamentos de Lenin: para um revolucionário, uma revolução é inconcebível sem uma crise, sem uma situação revolucionária, não existe a possibilidade de a classe trabalhadora levar a cabo o seu projeto de sociedade, o socialismo, sem que o sistema capitalista esteja em crise.

Entretanto, as crises por si só não levam ao fim um modo de produção. A história do capitalismo está recheada de acontecimentos em que a crise estava presente sem que o sistema ruísse. Para tanto são necessários outros fatores que não só os objetivos (as crises, o desemprego, a situação de miséria da população, a fome, etc.), mas que esteja presente também o que chamamos de situação subjetiva, ou seja, a classe trabalhadora organizada com um projeto seu, para com isso encetar um golpe fatal que derrube de vez o sistema que dela depende para continuar sobrevivendo.

Já assistimos há exatos vinte anos à queda de outro império, o da União Soviética, que para muitos começou a desmanchar ao vivo e em cores com a queda do muro de Berlim e a derrota da ocupação do Afeganistão, sem que a classe trabalhadora tenha saído com alguma vitória, do ponto de vista da revolução. Ao contrário, a burguesia internacional beneficiou-se daquele momento de crise e aproveitou-se da instabilidade gerada nos países sob a mão de ferro dos estalinistas fortalecendo-se, decretando o fim do “comunismo”, onde de comunismo não havia nada. No entanto, os acontecimentos posteriores reservariam muitas surpresas.

Quem apostou no “fim da história” naquela época, hoje está desmanchando na mesma velocidade. Era o início da tão festejada globalização, abertura de mercados para que os países desenvolvidos pudessem desregulamentar as leis que impediam seus produtos de serem comercializados livremente nos países chamados da periferia. Para estes últimos, a oportunidade maior das burguesias nacionais se alinharem de vez com as suas coirmãs dos países centrais.

Assistimos então, a um festival de euforia proporcionada por essas aberturas que levaram consigo, com as devidas isenções fiscais, fábricas, novas tecnologias, novas formas de organizar a produção de mercadorias, a ascensão do toyotismo em lugar do fordismo, desregulamentação de leis trabalhistas que, segundo a moderna administração, só retardava o crescimento e o desenvolvimento dos países mais atrasados, ou em desenvolvimento.

O exemplo era a economia do Japão que crescia a altas taxas e seu modelo de gestão empresarial passou a ser copiado e implementado pelas economias de ponta e subsumidas pelas periféricas, como não poderia ser diferente no Modo de Produção Capitalista.

Se do ponto de vista da economia essas novas formas de organizar a produção trariam o desenvolvimento de vez, no que diz respeito ao modelo político de administrar tais mudanças, o neoliberalismo inaugurado com a Dama de Ferro (Margareth Thatcher) na Inglaterra (1979), seguido do neo-Cowboy Reagan (1980), nos Estados Unidos, um par perfeito, foi aclamado e seguido pelo mundo afora como a solução política para administrar a crise do capital que insistia em permanecer desde os finais da década de 1960 e início de 1970. Liderança com mão-de-ferro.

Esse conjunto de fatores resultou numa orgia financeira e especulativa cujos resultados estamos presenciando hoje. Se não bastasse isso, os autodenominados partidos e chefes da esquerda do capital, que anteriormente diziam combater tais modelos, se alçaram ao poder em muitos países aplicando a mesma cartilha inaugurada pelo casal perfeito atrás citado, mesmo que com uma roupagem diferente no discurso, mas com uma determinação e eficácia na prática igual ou maior, desde que levaram consigo uma grande massa de pessoas iludidas com as profecias dos novos Messias. É só olharmos para um Lula ou um Cháves, ou tantos outros que formam a nova direita travestida de esquerda. Não há com enganar por tanto tempo.

No entanto, não por ironia do destino, ou mero capricho da história, o Japão que é ainda a segunda maior economia do planeta, viria a sofrer revezes ainda no final da década de 1990, antecipando, de certo modo, o que viria a acontecer nos tempos de hoje. Muito embora com o seu sistema bancário em melhor forma, a economia real se mostrou muito mais vulnerável à crise global e apresenta situação pior que os EUA e Europa já que viu o seu PIB sofrer a maior queda em 34 anos, ou o maior tombo desde 1974, na época dos efeitos do choque do petróleo. A previsão do FMI é que o país encolherá 2,6% neste ano, o que levou o seu ministro da Economia a dizer que o país vive a pior crise econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O DESEMPREGO GLOBAL

As perdas de empregos decorrentes da recessão que começou nos EUA em dezembro de 2007 podem chegar a estarrecedores 50 milhões até o final do ano, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a mesma que afirmara há pouco tempo que esse número seria de 20 milhões. Só nos Estados Unidos a recessão já engoliu 3,6 milhões de empregos.

A Espanha, que está oficialmente em recessão pela primeira vez desde 1993, segundo o Ministério do Trabalho e Imigração, desde janeiro de 2008 o desemprego subiu 47,12%, atingindo a marca recorde de 3.327.801 de pessoas, em janeiro de 2009. Entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, teve alta de 6,35%, no país.

No Reino Unido a expectativa é que até meados de 2010 a taxa de desemprego chegue a 9,5% ante 6,3% no momento; na Alemanha, pode subir de 7,8% para 10,5%, lembrando sempre que na parte oriental deste país este índice bate os alarmantes 20%. Além do que, só a Volkswagen anuncia mais de 16 mil demissões em todo o planeta. A Islândia, uma das economias-prodígio, que mais se beneficiaram com a política de desregulamentação financeira, e cuja economia está prevista uma contração em torno de 10%, hoje está tecnicamente falida, segundo o The New York Times, de 16.02.09, gerando manifestações enfurecidas da população que viu suas economias desaparecer na orgia proporcionada pelos banqueiros, levando a nocaute o governo, forçando o seu primeiro-ministro a antecipar as eleições nacionais.

Na França, do galã Sarkozy, só em janeiro deste ano foram demitidos 90.200 pessoas (alta recorde), 4,3% a mais que dezembro de 2008 e 15,4% a mais em comparação a janeiro de 2008, perfazendo um total de 2.208.000 de desempregados, segundo dados oficiais anunciados pelo ministério do trabalho daquele país, conforme o jornal Le Monde, de 25.02.09. A mesma França está às voltas novamente com manifestações de estudantes, que retornam às ruas para protestarem contra reformas no ensino universitário em várias cidades, como Lyon, Nancy, Toulouse, Paris, entre outras.

Na Ásia, que no primeiro momento da quebradeira dos bancos norte-americanos se vangloriava de o seu sistema estar imune, caiu na real, pois com suas economias voltadas para a exportação, não poderia passar tão imune assim pela crise. A Índia, uma das tais economias que mais crescem, estancou. Entre outubro e dezembro do ano passado cerca de 500 mil pessoas perderam o emprego.

A China, a nova “locomotiva” do capitalismo, maior detentora de títulos do Tesouro norte-americano, com uma taxa de desemprego de 4,6%, que segundo a Revista Exame, em sua edição 933, de 25.02.09, revela o fechamento de cerca de 100 mil fábricas de diversos setores, no ano passado, o que proporcionou a demissão de 20 milhões de trabalhadores migrantes, que estão à procura de trabalho ou tiveram que retornar às suas cidades de origem, na zona rural do país. O mesmo semanário lembra que a China, segundo estimativas do governo, crescerá 8%, mas o FMI projeta 6,7%. Esses números comparados com outras economias parecem grandes, porém lembremos que este país precisa incluir 24 milhões de pessoas por ano no mercado de trabalho. Com o mundo em recessão, não é difícil imaginar que os mandarins de Pequim estão perto de uma nova batalha na Praça da Paz Celestial, só que em proporções bem maiores que as de 1989.

Ainda sobre a China, na Folha de S. Paulo, de 05.03.09, o economista norte-americano Michael Pettis, professor da Universidade de Pequim e vivendo a sete anos no país, fala de uma possível “Guerra Comercial”, se “continuar a produzir tanto e a exportar tudo”, em se mantendo as previsões do Governo. Para o governo chinês manter o crescimento no patamar mínimo de 8% é uma questão de “honra”. Na abertura do Congresso Nacional do Povo havia expectativa de que o governo, sob pressão dos 2.987 delegados do PC Chinês, dobrasse o pacote de estímulo de trilhões de yuans (R\$ 1,39 trilhão, ou três vezes o total das exportações brasileiras em um ano), anunciado em novembro.

Para o economista e professor Michael Pettis, EUA e China são opostos de um sistema que precisa ser ajustado. Segundo ele, os norte-americanos tiveram crédito infinito para seus consumidores, enquanto os chineses tiveram crédito infinito para produzir. Com o colapso do comércio dos mercados para os quais a China vende, e não havendo consumo interno (pelos motivos que assinalamos acima, demissões em massa, etc.), o risco é a China querer exportar a sua produção de qualquer jeito e provocar motivos para a tal guerra comercial, vez que os outros países reagiriam com um protecionismo contra o país em escala global.

O Japão citado anteriormente como exemplo a ser seguido do ponto de vista da organização da produção capitalista, não foge à regra. Com as exportações em queda e o mercado interno encolhido, grandes companhias como Panasonic, Nissan e NEC já anunciaram o fechamento de 65 mil postos de trabalho (a maioria no Japão), o que redundará em efeito cascata em outras fábricas, além de que a Toyota, que recentemente assumiu o posto de maior montadora mundial (assumindo o posto da General Motors), espera o seu primeiro prejuízo anual para o período de 12 meses que se encerra em 31 de março (FSP, 16.02.09).

No Brasil, que segundo o presidente Lula, a crise não passaria de uma “marolinha”, que insistia em dizer o país era o melhor estava preparado para enfrentá-la e servia de exemplo para o mundo, desde novembro do ano passado, segundo dados Ministério do Trabalho, perdeu 797,5 mil empregos com carteira assinada. Isso sem contar as inúmeras férias coletivas em empresas às voltas com super estoques e outras tantas com suspensão da produção devido aos mesmos motivos. Com as matrizes da Volkswagen, na Alemanha, parando a produção por cinco dias e a General Motors, nos Estados Unidos, sendo socorrida pelo governo norte-americano e, ainda assim, com falência anunciada, o quadro das filiais no Brasil, não será diferente. A GM brasileira já está demitindo e os protestos começam a criar corpo.

Esses altos índices de desemprego, especialmente entre os trabalhadores mais jovens, já levaram a protestos em países tão diversos quanto Letônia, Chile, Grécia, Bulgária e Islândia, bem como a China em fábricas isoladas e contribuíram para greves no Reino Unido e na França. “Quase todo mundo foi pego de surpresa com a rapidez com que o desemprego vem crescendo, e quase todos estão sem saber como reagir, afirmou Nicolas Véron, do centro de pesquisas Bruegel, em Bruxelas, na Bélgica.”

Essa situação tende a agravar-se de tal maneira que levou o novo diretor de inteligência nacional dos Estados Unidos Dennis C. Blair a afirmar atônico ao Congresso norte-americano que a instabilidade causada pela crise econômica global e suas consequências trágicas com relação ao emprego já é a maior ameaça à segurança de seu país, ultrapassando o terrorismo.

Em suma, a contabilização desses números muda à mesma velocidade em que a crise avança à mesma velocidade em que os Bancos Centrais dos países despejam dinheiro público para salvarem bancos e empresas falidas ou à beira da falência.

O PROTECIONISMO E A XENOFOBIA

A crise econômica global tem levado chefes de estado a apelarem para uma velha e conhecida prática, o protecionismo, ou seja, a voltar-se para o fortalecimento de suas economias internas, com bens de consumo produzidos internamente, indo de encontro com as políticas que apontavam para uma saída da crise anteriormente detalhada. Como não poderia deixar de ser, começando pelos Estados Unidos e o velho Partido Democrata (sempre protecionista), agora com o pop star internacional Barack Obama, à frente do espólio deixado pelos Republicanos de George W. Bush.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, de 16.02.09, o sociólogo belga Marc Jacqueman alerta para o aumento da xenofobia na Europa, enfatizando o discurso sobre a “preferência nacional”, que tem se disseminado e agora norteia até os partidos da direita clássica. “E, como há uma direitização da cena política europeia, é possível que aumente a busca por bodes expiatórios imigrantes.” A bem da verdade, o que o sociólogo afirma já está acontecendo na Europa, senão vejamos: em setembro do ano passado, o premiê fascista italiano Silvio Berlusconi lançou um pacote onde anunciava um estado de emergência decretado nacionalmente “por excesso de imigrantes” e o censo dos ciganos, ou seja, na prática, responsabilizado esses segmentos pela alta da criminalidade na Itália, o que levou a uma série de incidentes e a sucessão de incêndios de acampamentos de ciganos naquele país. Outra demonstração clara foi a tentativa de criminalização de todos clandestinos, por parte do mesmo Berlusconi, o que só não aconteceu por conta da pressão de alguns segmentos sociais e do Vaticano.

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, segundo dados oficiais, tem aumentado as denúncias de agressões raciais em pelo menos oito países da União Europeia, agora impulsionados pelo desemprego crescente e a queda do poder de compra da maioria da população. Num cenário marcado pela proliferação de governos dominados ou integrados por partidos de extrema direita, a Europa vê ressurgir a proliferação dos discursos xenófobos que contaminaram até legendas historicamente moderadas com relação à imigração, como afirmou o referido sociólogo belga, mais atrás.

Em nosso Boletim OPOP de janeiro de 2009 abordamos o tema do fascismo, que se encaixa perfeitamente em nossa análise do atual momento da crise, e de lá destacamos o seguinte: “Como o fascismo é um assunto da maior atualidade, uma realidade que é sempre palpável e, por isso mesmo, um regime político e social ao qual a burguesia recorre toda vez que entra numa crise sem saída visível, como tudo leva a crer que está prestas a acontecer, é bom que os trabalhadores comecem a se interessar por compreendê-lo para tomar de que se trata e de como deve lutar contra ele – principalmente, como agora, impedindo que ele volte a acontecer”.

Mais adiante o mesmo boletim destaca que o fascismo, ao contrário do que a mídia nos impõe, não é obra de uma pessoa, de um “monstro”, mas uma saída para as burguesias nacionais: “Uma vez posta pelos capitais nacionais alemães e italianos, a necessidade de um tal regime autoritário, o passo seguinte constitui articular um Estado e um governo à altura da tarefa – é a partir daí que surge outra necessidade: os partidos, as instituições, o aparato estatal e, naturalmente, os homens com vocação e aptidões para o cumprimento do “projeto”. E aí nasceram os Mussolines, os Hitlers, os Goebells, os generais, etc., que, produtos sociais e históricos de uma situação dada, são também agentes que vão reproduzir o fascismo”.

Se o fascismo é expressão do lado desumano que é próprio do capital as burguesias que o criaram, o fizeram por necessidade delas, eis porque empresas tão conhecidas nossas como a Volkswagen, a Siemens, a Krupp e a FIAT, entre outras, o patrocinaram e se beneficiaram desse modelo de gerir o capital.

Não é por outro motivo que trazemos à tona essa discussão, vez que estamos vendo medidas sendo tomadas em diversos países na direção que se aproxima de tais ideologias, mesmo que com vozes destoantes.

O presidente francês Sarkozy, que propôs uma “refundação do capitalismo” ao anunciar medidas para salvar as montadoras de automóveis PSA Peugeot-Citroën, Renault e Renault-Trucks (uma bagatela de 6,5 bilhões de euros), em contrapartida exigiu que as empresas se comprometessem em não demitir nem fechar fábricas na França, o que resultou reações na Europa, sobretudo na República Tcheca, onde existem fábricas dessas montadoras (Folha Online, 25.02.09).

Como podemos observar hoje, a palavra de ordem dos “antigos” defensores da globalização, do livre mercado, tornaram-se, de uma hora para outra, árdios defensores da nacionalização e da estatização de bancos e empresas falidas, ou à beira da falência, injetando somas gigantescas de dinheiro público, com o eufemismo de salvarem suas economias internas e o emprego de seus patrícios. A situação é escandalosa e trágica, vez que traz consigo a sombra do recrudescimento da disseminação da procura de responsáveis pela crise no “outro”, no que é de fora. A América para os americanos, diz hoje quem há pouco dizia: “nós podemos”. A Europa para os europeus. Só para alguns, pois quem é da parte leste desta Europa, está fora.

Toda essa situação tem levado muitos a temerem o pior, inclusive gente de governo, como é o caso do ministro brasileiro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência, Paulo Vannuchi, cujas palavras proferidas em Genebra, no dia 02.03.09 (agência EFE), alerta contra o perigo de que a crise provoque um aumento da intolerância e xenofobia: “a crise econômica pode levar a uma crise política aguda e, com isso, não só ter carências materiais, mas desequilíbrios sociais que podem comportar focos de intolerância e discriminação, algo que devemos evitar a todo custo”.

COMO ENFRENTAR O ATAQUE GLOBAL À CLASSE TRABALHADORA?

Diante do exposto anteriormente, nós da Oposição Operária, que pautamos a nossa atuação no movimento de massas segundo a nossa Carta de Princípios (ver nosso sítio em

<http://www.opopgerminal.wordpress.com>), acreditamos que formas como sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos ligados à ordem burguesa estão superados do ponto de vista da organização para uma luta da magnitude necessária contra o sistema do capital. E mais, esse tipo de organização está a serviço do capital, na medida em que reproduz a ideologia da classe dominante.

E mais, segundo Marx “a ideologia dominante de toda a sociedade é a ideologia da classe dominante”. Sendo assim a nossa tarefa não é coisa fácil. Vivemos num momento particular histórico, tanto do ponto de vista econômico, quanto do político. Urge para a classe trabalhadora uma forma de atuação muito mais contundente, o que vale dizer, muito mais organizada. Essa atuação tem de pautar-se por uma ação que leve em conta o universo da classe, no plano internacional, com formas de organização condizentes com o tamanho das necessidades que são impostas pelo atual estágio da crise do capital, bem como da crise do próprio movimento da classe trabalhadora, que da mesma forma é uma crise internacional.

Deste modo, o internacionalismo é algo imprescindível neste momento e não cabe a nós trabalhadores achar que uma solução não passe por esse viés. Aqui começam a aparecer as nossas diferenças com as inúmeras formas de organização existentes no seio da nossa classe. A busca pela solidariedade entre o operariado internacional não é novidade, porém os obstáculos para a sua realização são muitos e necessariamente terão de ser ultrapassados. Para tanto não acreditamos que iniciativas espontâneas sejam a solução para garantir os meios para uma resposta à altura dos ataques de tamanha monta que a classe tem sofrido nos últimos tempos. Para esse intento precisamos de organizações fortes, com princípios bem definidos e que tenham única e exclusivamente como objetivo a libertação da classe da opressão mantida pelo sistema do capital.

A OPOP não tem a pretensão de ser a única organização a possuir uma proposta de organização da classe para a tarefa da revolução, objetivo principal a ser perseguido. A construção de um projeto para a luta anticapitalista passa necessariamente por formas mais avançadas como, por exemplo, a existência de um partido que contenha um programa, uma tática, uma atuação voltada para esse fim. Além disso, é preciso organizações de massa, que denominamos SISTEMA DE CONSELHOS, do tipo soviets, autônomos com relação ao Estado e às instituições burguesas, que sejam mantidas com contribuições da própria classe, com dirigentes escolhidos, eleitos e rotados (em sistema de rodízio segundo o ritmo e a necessidade da luta) diretamente pelas bases e provenientes delas.

Em nossa proposta, ou seja, a classe organizada nesse sistema tem como primeiro passo a constituição de CÍRCULOS de discussão e educação política, que objetive a formação e conscientização no “chão da fábrica”, por unidades de produção, permitindo a todos o conhecimento do funcionamento da totalidade da empresa, de composição variada (de acordo

com o tamanho da fábrica, poderia existir mais de um círculo), mas sempre em número pequeno (cinco ou seis pessoas), mantendo as questões de segurança para evitar as perseguições ou demissões, compostos por pessoas que tenham a confiança dos demais trabalhadores e trabalhadoras e que sejam por estes protegidos.

O passo seguinte é a formação de uma COMISSÃO DE EMPRESA, saída dos componentes dos círculos, e eleita diretamente em assembleias, pela totalidade trabalhadores da fábrica, ou empresa, ou banco, com mandatos revogáveis sempre que alguém não estiver à altura da delegação a ela dada, ou por outra necessidade qualquer e sempre mantendo as questões de segurança, garantindo o funcionamento da comissão e que terá como objetivo representar o conjunto dos operários e operárias, diante do patronato em todas as situações que se fizerem necessárias.

Dessas comissões sairiam os representantes nos CONSELHOS, instância maior, que reuniria a totalidade das fábricas de uma cidade, região, ou um distrito industrial, mantendo o mesmo sistema de eleição direta, com mandatos também revogáveis, que teriam como função primordial o exercício do poder no sentido mais amplo, encarregado de comunicar-se com conselhos de outras regiões ou estados ou até mesmo outros países.

De forma sumária seria esse o SISTEMA DE CONSELHOS, órgãos verdadeiros de exercício do poder operário, com uma rígida disciplina, sempre respeitando as decisões tomadas em assembleias que devem ser convocadas permanentemente.

Essa forma de organização vale também para os desempregados, que são muitos, ou os que estão no chamado mercado informal, que também são muitos, e a tendência com o recrudescimento da crise é de aumentar mais ainda, que podem e devem se organizar em seus locais de moradia, nos bairros, nas regiões de grandes cidades e mesmo nas cidades pequenas. E essa seria uma forma de intercâmbio de idéias e ações, com o restante da classe que continua empregada, despertando nesses a solidariedade de classe, evitando com isso a dispersão e a segmentação da classe, entre quem está empregado, quem está amargando o desemprego ou se encontra no mercado informal.

Neste momento conjuntural, de crise econômica aguda, cenário em que estamos assistindo ondas de desemprego em massa no mundo todo, que podem trazer consigo crise de caráter político, na medida em que os governos não têm alternativa, do ponto de vista do capital, se não injetar dinheiro público nas empresas e bancos que estão à beira da falência, como dissemos mais atrás, sem preocupação com quem de fato está à míngua, por conta da orgia

dos que muito tem à custa dos que nada possuem, agravando de forma violenta o quadro de miséria da população.

Essa proposta não é uma inovação da OPOP, mas uma forma recorrente da luta criada pelos próprios trabalhadores, e sempre reaparece em momentos de crise aguda, da do tipo que estamos vivendo hoje, com o agravante que esta é mundial e por isso mesmo merece uma atenção maior do conjunto da classe para fazer valer o atendimento de suas necessidades. A Comuna de Paris, em 1871 é o nosso primeiro exemplo. Elas reapareceram na Rússia em 1905, no bojo de uma situação revolucionária (que foi desmanchada na época), e com a sua permanência, estavam presentes na crise de 1912, na mesma Rússia, e de novo em 1917, quando com as suas experiências e maturidade levaram a classe operária à sua primeira Revolução, em outubro daquele ano, já com o do Partido Bolchevique, dando a importância devida e essa forma de organização dos operários.

A forma CONSELHO, também surgiu na Itália, na Alemanha, na Hungria, entre outros tantos países, na época em que a Revolução esteve prestes a acontecer, antes e depois da I Guerra e, dada a sua autonomia e democracia, foi duramente combatida e até mesmo aniquilada pela burguesia, visto que impunha uma ordem de organização operária que ia de encontro com a forma de “democracia” burguesa, que vinga até os dias de hoje. Para os trabalhadores sobraram os sindicatos, forma domesticada pelos capitalistas e os partidos políticos que se adequaram àquela “democracia”. Mas nem por isso deixaram de fazer reaparições, mesmo que de modo embrionário, sempre que a crise se aprofunda, com modelos diferenciados, como no Equador, na Argentina, na década passada e no início deste milênio e, não com a mesma amplitude das que surgiram nos países acima citados, mas é uma forma recorrente onde a classe trabalhadora faz dela a sua forma de democracia.

Para nós, não restam dúvidas de que elas reaparecerão brevemente. E será justamente neste contexto de crise global, em que o sistema do capital parece não ter mais o que oferecer nem para a grande massa da população, dada as suas próprias contradições internas, a não ser a devastação do planeta em escala jamais vista; fome e miséria jamais vistas; continentes sendo simplesmente sucateados, como a África e parte da Ásia, envolvidas em guerras de extermínio; com revoltas da fome ocorrendo em mais de 30 países, sem que aja solução imediata ou no curto prazo.

Eis, então, porque propomos como alternativa para esse sistema, outro; ao invés da barbárie que já está acontecendo, o socialismo. Porém, não fiquemos nas palavras, tão somente. Por isso a proposta da constituição, desde agora, do que chamamos de pré-Estado, com o sistema de CONSELHOS, atrás descrito, de forma sumária. O denominamos assim, porque ele servirá de escola da Revolução Proletária, da nossa Revolução. Sendo “escola” servirá para a classe aprender, ainda nos marcos da capitalismo, na prática, a exercitar a gestão do seu Estado, o

estado a ser construído depois da derrubada do capitalismo, o estado da transição, o Estado dos Conselhos, o socialismo, a caminho de um estado sem as classes sociais, sem a opressão de uma classe sobre a outra, ou seja, uma sociedade sem Estado, a sociedade do futuro, comunal, onde as pessoas tenham a liberdade plena e o trabalho seja tão somente um momento a mais de prazer e o conhecimento esteja ao alcance de todos, na mesma medida, e a ciência seja, de fato, para benefício da humanidade.

As experiências do passado, inclusive as recentes, servem de exemplo para nós. Se os jovens da Grécia recusam o futuro que lhes está reservado pelo sistema do capital, que os seus protestos e suas manifestações de massa, ocupando as ruas e as sedes dos sindicatos (que lhes negaram apoio), nos sirvam como memória viva de que a luta é necessária e a violência seja organizada contra quem da violência vive e com ela oprime, que se volte contra quem promove a barbárie e a miséria e que sirva para nos libertar da classe que só existe porque explora a nossa força de trabalho e que, por isso mesmo, é responsável por toda ordem de violência, já que joga às ruas quem ela não precisa, já que somos muitos. Se muitos somos, arregacemos as mangas e partamos para a luta, porque dela depende o nosso futuro.